



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

**PROCESSO N.º 16.946/2018-e**

**PARECER N.º 374/2021–G3P**

**EMENTA: Tomada de Contas Anual. Secretaria de Estado de Fazenda. Exercício financeiro de 2016. Razões de Justificativa. Pela procedência pecial e julgamento das contas regulares e regulares com ressalvas.**

Os autos se referem Tomada de Contas Anual dos ordenadores de despesas e demais responsáveis no âmbito do **Secretaria de Estado de Fazenda**, referente ao exercício financeiro de **2016**.

2. Por meio da Decisão n. 775/0202, o Tribunal de Contas determinou a audiência dos responsáveis pela gestão, nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da tomada de contas anual dos administradores e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF (incluso o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos), referente ao exercício financeiro de 2016, apresentada eletronicamente; II – **determinar, nos termos do art. 13, III, da LC nº 1/1994, a audiência dos responsáveis abaixo nominados para que, em 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa acerca dos fatos indicados na Matriz de Responsabilização (e-DOC nº 7600AE7D-e, Peça nº 58), sob pena do Tribunal julgar suas contas irregulares, com amparo no art. 17, III, ‘ b’, da Lei Complementar nº 1/1994, acrescido da multa prevista no art. 20, Parágrafo único, c/c o art. 57, I, da referida legislação: a) PEDRO MENEGUETTI, Secretário de Estado de Fazenda, de 01/01 a 31/01/2016; JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA, Secretário de Estado de Fazenda, de 01/02 a 31/12/2016; ANDERSON BORGES ROEPKE, Subsecretário de Administração Geral, de 01/01 a 31/12/2016, em razão das seguintes irregularidades: 10 “Pagamento indevido de Gratificação de Atendimento Público – GAP” e 24 “Indenização de Transporte paga para servidores da SEF/DF que possuem cargo em comissão” (Relatório de Auditoria nº 05/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF; Peças 33 a 37; e-doc 6521AE84-e, D23C6F80-e, D76C289E-e, 6071E99A-e e B957AA97-e); b) ANDERSON BORGES ROEPKE, Subsecretário de Administração Geral, de 01/01 a 31/12/2016; em razão das seguintes irregularidades: subitem 3.2**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

**“Ausência/dificuldade no controle dos serviços prestados” (Relatório de Auditoria Especial nº 05 DIATI/COLES/SUBCI/CGDF, Peça 32, e-doc BC07ED89-e); além do subitem 2.5 “Ausência de notificação e posterior aplicação de multa por descumprimento de cláusulas contratuais” (Relatório de Inspeção nº 02/2017 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF, peça 31, e-doc 0B1A2C8D-e); III – autorizar o retorno dos autos à SECONT, para as providências pertinentes.**

3. Os responsáveis apresentaram as razões de justificativas, respectivamente: Anderson Borges Roepke (e-DOC 7BB2B541-c, Peça nº 70), Pedro Meneguetti (e-DOC 4DC5609D-c, Peça nº 75) e João Antônio Fleury Teixeira (e-DOC 8CD22294-c, Peça nº 76).

4. As razões foram examinadas pelo Corpo Técnico, Informação n. 304/2020-SECONT/1ª DICONTE (peça 79, e-doc CCABC5FC-e), que as considerou procedentes, nos seguintes termos:

I. tome conhecimento e considere procedentes as razões de justificativa apresentadas diante da audiência ordenada no item II da Decisão nº 755/2020 (e-DOC BB890FF7-e) pelos Srs. Anderson Borges Roepke (e-DOC 7BB2B541-c), Pedro Meneguetti (e-DOC 4DC5609D-c) e João Antônio Fleury Teixeira (e-DOC 8CD22294-c);

II. julgue regulares, nos termos do art. 17, I, da Lei Complementar nº 1/1994, as contas dos Srs. Pedro Meneguetti (CPF: 418.354.846-20, Secretário de Estado de Fazenda), Rejane Parente Lucas (CPF: 352.057.171-49, Subsecretária de Administração Geral – Substituta), Leonardo Lúcio Lopes Cançado (CPF: 785.276.516-53, Subsecretário de Administração Geral – Substituto), Clidiomar Pereira Soares (CPF: 806.242.941-53, Subsecretário de Administração Geral – Substituto), Fabrício de Oliveira Barros (CPF: 800.057.991-04, Subsecretário do Tesouro), Bruno Caetano Pinto (CPF: 049.547.766-43, Subsecretário do Tesouro – Substituto), José Roberto Leitão e Silva Júnior (CPF: 443.261.651-20, Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos) e Klemer Bezerra da Costa (CPF: 417.078.261-53, Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos – Substituto);

III. julgue regulares com ressalvas, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/1994, as contas dos Srs. Anderson Borges Roepke (CPF: 804.254.291-72, Subsecretário de Administração Geral) e João Antônio Fleury Teixeira (CPF: 158.470.046-72, Secretário de Estado de Fazenda), por conta das impropriedades na contabilização de convênios apontadas no Relatório Sintético de Acompanhamento de Convênios (e-DOC 0EFD7652-e), pelo contido nos subitens “1.2 – Ausência de certidões de regularidades válidas quando da assinatura dos termos aditivos”, “2.1 – Pesquisa de preços desconforme com a legislação vigente”, “2.2 – Descumprimento do Decreto nº 36.519, de 28 de maio de 2015”, “2.3 – Presença de cláusulas conflitantes no segundo termo aditivo”, “2.4 – Intempestividade na apresentação da garantia contratual”, “2.7 – Relatórios de execução de contratos incompletos” e “2.8 – Falhas na execução dos contratos” do Relatório de Inspeção nº 02/2017 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (e-DOC 0B1A2C8D-e), pelas impropriedades nas contas de ativo, passivo e controle da Unidade vistas no Relatório Contábil Anual – Exercício 2016 (e-DOC BBC7C812-e), e pelos bens



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

imóveis e obras de engenharia não incorporados indicados no Relatório – Bens Imóveis nº: 005/2017 (e-DOC 0CDA0916-e);

IV. determine aos atuais administradores da Secretaria de Estado de Fazenda - SEF, nos termos do art. 19 da LC nº 1/1994, que adotem as medidas necessárias a evitar a repetição das falhas apontadas nesta TCA;

V. considere quites com o erário distrital, no tocante ao objeto desta TCA, os servidores relacionados nos itens II e III retro, em conformidade com o art. 24 da LC nº 1/94;

VI. autorize o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes e posterior arquivamento.

5. Os autos vêm à análise do Ministério Público de Contas em conformidade com o Despacho de lavra do Sr. Secretário de Controle Externo, titular da Secretaria de Contas, peça 80, e-doc FFB4D6F7-e.

**Das razões de justificativa do Sr. Anderson Borges Roepke (Subsecretário de Administração Geral, de 01/01 a 31/12/2016) - (e-DOC 7BB2B541-c, Peça nº 70)**

6. O responsável apresentou justificativas quanto aos itens “10 - Pagamento indevido de Gratificação de Atendimento Público – GAP” e “24 - Indenização de Transporte paga para servidores da SEF/DF que possuem cargo em comissão” do Relatório de Auditoria nº 05/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF (Peças 33 a 37; e-docs 6521AE84-e, D23C6F80-e, D76C289E-e, 6071E99A-e e B957AA97-e); do subitem “3.2 - Ausência/dificuldade no controle dos serviços prestados” do Relatório de Auditoria Especial nº 05 DIATI/COLES/SUBCI/CGDF (Peça 32, e-doc BC07ED89- e); e do subitem “2.5 Ausência de notificação e posterior aplicação de multa por descumprimento de cláusulas contratuais” do Relatório de Inspeção nº 02/2017 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (Peça 31, e-doc 0B1A2C8D-e).

7. Inicialmente, destacou, genericamente, entender que não houve responsabilização subjetiva pelas falhas inquinadas em audiência, apresentando como fundamento decisões do poder judiciário e do Tribunal de Contas da União.

8. Com relação ao item “10 - Pagamento indevido de Gratificação de Atendimento Público – GAP”, informou que o Tribunal de Contas do Distrito Federal deliberou sobre o mérito do assunto, por meio da Decisão n. 3042/2020, quando julgou as contas anuais do exercício anterior regulares com ressalvas em relação ao justificante, mas determinou que fosse instaurada TCE para o trato da questão:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Anderson Borges Roepke (eDOC nº 1E7BA185-c, Peça nº 64) e Pedro Meneguetti (e-DOC nº 42B110A9-c, Peça nº 65), diante da audiência ordenada no item IV da Decisão nº 3.505/2019, considerando-as procedentes;

II - determinar à CGDF que instaure TCE para apurar possível prejuízo e responsáveis pelo fato constatado no item “10 – Pagamento indevido de Gratificação de Atendimento Público – GAP” do Relatório de Auditoria nº 05/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

(e-DOC nº D982845C-e, Peça nº 34), autorizando a remessa da Informação nº 19/2020 – SECONT/1ª DICONT ao órgão para subsidiar os trabalhos a serem realizados;

IV - nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/1994, julgar regulares com ressalvas as contas: (...) c) do Sr. Anderson Borges Roepke (CPF: 804.254.291-72), Subsecretário de Administração Geral, por conta do constatado nos subitens “1.1 - Reconhecimento de dívida não efetuado”, “2.2 – Descumprimento do Decreto nº 36.519, de 28 de maio de 2015”, “2.4 – Intempestividade na apresentação da garantia contratual”, “2.5 – Ausência de notificação e posterior aplicação de multa por descumprimento de cláusulas contratuais”, “2.6 – Concessão de recesso de final de ano a funcionários terceirizados”, “2.7 – Relatórios de execução de contratos incompletos” e “2.8 – Falhas na execução dos contratos” do Relatório de Inspeção nº 02/2017 – DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (eDOC nº CDCC462A-e, Peça nº 30); nos subitens “1.1 – Estabelecimento da vigência de contratos de forma indevida”, “2.1 – Apresentação dos certificados de regularidade após a assinatura do contrato”, “2.2 – Contratação de serviço de treinamento sem a devida pesquisa de mercado” e “3.2 – Ausência/dificuldade no controle dos serviços prestados” do Relatório de Auditoria Especial nº 05 – DIATI/COLES/SUBCI/CGDF (eDOC nº 14EA0527-e, Peça nº 31); no subitem “11 – Adiantamento de 13º não devolvido em época própria” do Relatório de Auditoria nº 05/2016 – DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF (eDOC nº D982845C-e, Peça nº 34); no Relatório – Bens Imóveis nº 005/2016 (fl. 27 do eDOC nº 570B5A4C-e, Peça nº 12); e no Relatório Contábil Anual (eDOC nº 145D18E6-e, Peça nº 17);

(...)

9. Sobre o item “24 - Indenização de Transporte paga para servidores da SEF/DF que possuem cargo em comissão”, após fazer uma apresentação sobre o Relatório de Auditoria e Parecer 800/2019 – G3P, onde foram expostas as supostas falhas, destacou entender que não houve demonstração de ilicitude no caso vertente. Ressaltou a validade da Portaria n. 111/2012, naquele ano de 2016, que regulava a indenização de transporte e autorizava a sua concessão aos Auditores Fiscais, inclusive os que ocupavam cargos em comissão (art. 2º da Portaria n. 111/2012). Acrescentou informações sobre a importância e custo/efetividade das atividades de fiscalização tributária e das fiscalizações *in loco*, sendo que a SEFAZ contava com 403 Auditores e 163 ocupavam cargos em comissão. Destacou entender indevida a comparação feita pelo órgão de Controle Interno entre a regulamentação normativa adotada pela SEFAZ (Portaria n. 111/2012) e a adotada pelo CI (Decreto n.º 35.241/2014). Também entendeu prejudicada a indicação de responsabilidade subjetiva de parte do MPC (Parecer 800/2019), por entender que deu cumprimento ao art. 11 da Lei Distrital n. 4.717/11, à Portaria-SEF n.º 111/12 e que não competia ao SUAG prestar assessoria jurídica ao então Secretário de Estado de Fazenda.

10. Acrescentou o justificante, sobre o item “3.2 - Ausência/dificuldade no controle dos serviços prestados” do Relatório de Auditoria Especial nº 05 DIATI/COLES/SUBCI/CGDF (Peça 32, e-doc BC07ED89- e), que os serviços em questão se referiam a serviços de Tecnologia da Informação, remunerados por Unidade Técnica de Serviço (UST) e que estariam a cargo da Subsecretaria de Tecnologia da Informação (SUTIS). Alegou que foi emitida a Nota Explicativa n. 3/2017, com esclarecimentos da área técnica, mencionando que atividades de rotina e menor complexidade são remuneradas e glosadas pelo atingimento de níveis de serviço, explicando o fluxo dos procedimentos administrativos, o que, no seu entendimento, estaria conforme a Súmula n. 269 do Tribunal de Contas da União. Em face da natureza especializada do assunto, entende



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

que o papel do ordenador de despesas fosse o de determinar a composição de equipes de contratação e fiscalização adequadas, questionando a existência de responsabilidade subjetiva de sua parte.

11. Prosseguiu, explicando, para o item 2.5 – “Ausência de notificação e posterior aplicação de multa por descumprimento de cláusulas contratuais”, que o contrato em referência tratava de serviços terceirizados de recepcionista e técnico em secretariado, cuja irregularidade tratou do suposto não fornecimento de uniformes aos funcionários. Em contraponto, destacou que a vistoria realizada pela Auditoria se refere a fato constatado em 2017, fora do período das contas em exame. Apresentou informações sobre o processo administrativo n. 00480-00006559/2017-26, que registrou a distribuição de uniformes na frequência semestral, em 2016, conforme o previsto. Acrescentou que entende não haver responsabilização subjetiva para o ordenador de despesas, uma vez que o órgão tem execução orçamentária da ordem de 1,6 bilhões de reais e por se tratar de falha de pequena relevância, diretamente imputável aos executores do contrato. Destacou não ter havido prevaricação ou desídia, dado que os apontamentos da auditoria motivaram a expedição de documentos de sua parte para correção de procedimentos.

12. Ao final, pede a remessa dos autos para refazimento da matriz de responsabilidades, com fulcro no Manual de Auditoria do TCDF, com a possibilidade de refazimento dos atos de audiência para apresentação de novas razões justificativas, sugerindo o julgamento das contas regulares ou regulares com ressalvas, além de apresentar pedido de sustentação oral ao Tribunal.

**Análise**

13. Merecem ser acolhidas parcialmente as justificativas apresentadas pelo SUAG.

14. Vale destacar que o Tribunal de Contas do Distrito Federal determinou à CGDF instaurar tomada de contas especial, por considerar grave a irregularidade do item “10 - Pagamento indevido de Gratificação de Atendimento Público – GAP”, relativa ao exercício anterior de 2015.

15. Todavia, isentou de responsabilidades dos gestores da SEF, uma vez que o prejuízo decorreu de atos administrativos de outros órgãos - SEGAD, e posteriormente, SEPLAG - conforme ficou comprovado pelos documentos trazidos ao Processo n. 16.890/18 (Informação n. 19/2020 – SECONT/1ª DICONTE, peça 72, e-doc 00E41B94-e).

16. Logo, por serem fatos iniciados no ano de 2015, que se estenderam ao exercício 2016, o Ministério Público de Contas entende por procedentes as justificativas, uma vez que não houve atuação irregular dos gestores da SEF sobre o item “10 - Pagamento indevido de Gratificação de Atendimento Público – GAP”, conforme foi comprovado no Processo n. 16.890/18 (Informação n. 19/2020 – SECONT/1ª DICONTE). Por consequência, a falha não deverá influenciar o mérito das contas de 2016.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

17. Sobre o item “24 - Indenização de Transporte paga para servidores da SEF/DF que possuem cargo em comissão”, em que pese as considerações externadas pelo defendente, cumpre esclarecer que a falha apontada pelo Controle Interno não se resumiu ao título do tópico, onde informou o pagamento indevido da Indenização de Transporte aos AFC ocupantes de cargos em comissão, mas também incluiu outra falha a respeito de haver o pagamento generalizado da indenização de transporte a 95% dos Auditores Tributários.

A parcela em análise tem caráter indenizatório. Isso significa que seu pagamento depende da ocorrência de uma situação específica que leva o servidor a utilizar recursos próprios, no caso seu veículo, para desempenhar suas funções laborais. Assim, o Estado indeniza o servidor para ressarcir gastos em que ele tenha incorrido no exercício de seu ofício. Por isso, o cálculo da parcela deve ser individualizado para cada servidor e deve ser realizado a cada mês, a depender do número de ocorrências da situação que enseja seu pagamento. **Desse modo, para se chegar ao montante a ser pago a cada servidor, deve-se comprovar a efetiva ocorrência da situação ensejadora do ressarcimento.**

O montante pago a título de Indenização de Transporte pela Secretaria de Estado de Fazenda aos integrantes da carreira de Auditor-Fiscal da Receita do Distrito Federal, no mês de janeiro de 2016, foi de R\$ 928.745,40, o que significa um **desembolso anual de RS 11.144.944,80. Dos 458 ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita do Distrito Federal que constam no SIGRH, 436 recebem a referida Indenização (95,4% do total de servidores).** Desses, 167 são ocupantes de cargos ou funções comissionadas (38,3% dos 436). (...) **Contudo, foi detectado pagamento dessa parcela aos integrantes da carreira de Auditor-Fiscal da Receita do Distrito Federal feito de maneira integral, isto é, como se o servidor efetivamente usasse seu veículo para desempenhar suas funções em todos os dias úteis de cada mês. Isso ocorre até mesmo nos meses nos quais o servidor desfruta de férias ou se afasta por outros motivos.** Atualmente, o cálculo do valor pago de R\$ 2.130,15 por servidor, é resultado da fórmula de cálculo prevista na Portaria nº 111 de 25 de julho de 2012 - SEF que determina os critérios para pagamento da Indenização de Transporte

18. Não parece crível que quase a totalidade dos Auditores realizem trabalhos externos, em até 22 missões mês, conforme o documentado pelo Controle Interno, uma vez que as atividades de administração fazendária envolvem, também, trabalhos internos e administrativos, de instrução processual.

19. Por outro lado, também não parece fidedigno que os trabalhos externos de AFC estejam incluídos nas atribuições de todos os 167 cargos em comissão, levando ao pagamento generalizado da vantagem pecuniária. Como se sabe, a assunção de cargos em comissão proporciona o licenciamento do exercício das funções originais, para que o ocupante se dedique integralmente às atribuições do cargo em comissão. Se não houver correlação entre as atribuições do cargo em comissão e as atividades de administração fazendária, motivadoras de trabalhos externos, a indenização de transporte não será devida, como bem defendeu o órgão de Controle Interno.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

20. Nesse espeque, os inícios de ilícito decorrem da possível inconsistência entre os fatos concretos e a falta de conformidade com a situação jurídica autorizadora para o pagamento de indenização de transporte.

21. O Tribunal de Contas do Distrito Federal deparou-se com indícios sobre o mesmo ilícito por ocasião de auditoria realizada no âmbito da PGDF e Defensoria Pública, apresentando balizas explícitas para o tema, Decisão n. 5590/2015:

VII – deliberar no sentido de que: **a) com relação à parcela de Indenização de Transporte: 1. é necessário comprovar a utilização de meio próprio de locomoção para o recebimento da referida parcela; 2. os servidores da PGDF e da DPDF que perceberem a citada parcela devem declarar, sob as penas da lei, a utilização de veículo próprio para realização de atividades que demandam o seu pagamento, obrigação essa a ser contemplada em normativos próprios de ambas as jurisdicionadas; 3. seu pagamento não é devido ao ocupante de cargo em comissão, a não ser que comprovadamente as suas atribuições exijam serviço externo; 4. em tese, seu pagamento cumulativo com o auxílio-transporte é possível, porquanto são vantagens dessemelhadas em sua natureza/fundamento, o que, contudo, não se aproveita à situação normativa da PGDF, uma vez que o art. 5º da Portaria/PGDF n.º 141/2005 expressamente veda tal possibilidade (...).** (Grifei)

22. Por outro lado, os ilícitos apontados não têm relação com a norma apresentada pelo Auditor de Controle Interno, Decreto n.º 35.241/2014, ao contrário do suposto pelo justificante. O aparente ilícito decorre da interpretação do art. 106 da Lei Complementar n. 840/2011<sup>1</sup>, art. 11 da Lei Distrital n. 4.717/2011<sup>2</sup> c/c art. 3º da Portaria-SEF n. 111/2012:

**Portaria-SEF n. 111/2012**

**Art. 1º A indenização devida aos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita do Distrito Federal pelo uso de veículo próprio para o desempenho de suas funções, prevista no art. 11 da Lei nº 4.717, de 27 de dezembro de 2011, será paga de acordo com os critérios e formas estabelecidos nesta Portaria.**

**(...)**

**Art. 3º Não terão direito à indenização pelo uso de veículo próprio os ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita do Distrito Federal que estejam:**

**I - cedidos a outros órgãos para o exercício de empregos e cargos comissionados ou funções de confiança;**

**II - em qualquer outra situação funcional impeditiva do regular exercício das atribuições do cargo de Auditor-Fiscal da Receita do Distrito Federal. (Grifei)**

<sup>1</sup> Art. 106. O servidor que realiza despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, faz jus à indenização de transporte, na forma do regulamento.

<sup>2</sup> Texto vigente à época: Art. 11. Aos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita do Distrito Federal será devida indenização pelo uso de veículo próprio para desempenho de suas funções, de acordo com critérios e formas a serem definidos em ato do Secretário de Estado de Fazenda.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

23. Nas justificativas do SUAG, a argumentação se centrou na **negativa geral dos fatos**, informando que todos os pagamentos foram motivados por documentação probatória. A rigor, a negativa geral não é capaz de elidir os indícios de ilícitos quando não são trazidos elementos comprobatórios que infirmem as evidências iniciais.

24. Todavia, deve ser reconhecida a generalidade dos fatos também foi apresentada na acusação pelo órgão de Controle Interno, que também não apontou casos específicos de irregularidades. Essa situação pode ter prejudicado o contraditório e ampla defesa pelo justificante, diante da complexidade e volume de informações que seriam necessários para instruir a defesa.

25. Considerando que o escopo dos presentes autos é o de julgar as contas de gestão, o Ministério Público de Contas entende que as justificativas possam ser acolhidas parcialmente, considerando ressalvas às contas.

26. Por outro lado, em que pese existir a possibilidade de que o Tribunal determine apuração específica sobre os fatos, o Ministério Público de Contas deixará de propor a providência, considerando que, por meio do Processo 3313/2018 - PGA 2018, embora não tenha auditado o exercício de 2016, a questão foi exaustivamente avaliada em auditoria, quando se determinou a correção e melhoria de procedimentos administrativos. Foram emitidas as seguintes decisões no citado processo:

Decisão 4889/2018

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Relatório Final de Auditoria nº 01/2018 (e-doc 23DFECF4-e); (...)

III – determinar à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal que encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, o relatório de serviços externos, devidamente atestados pela chefia imediata de cada servidor (art. 6º, § 1º, da Portaria 111/2012SEF), dos últimos três meses a contar do recebimento desta deliberação plenária, relativos aos servidores ocupantes dos cargos em comissão/funções de confiança relacionados no Quadro V (§ 75) do Relatório Preliminar de Auditoria 1/2018 (700516A1-e); **IV – alertar o titular da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal que: a) a percepção de Indenização de Transporte por Auditores Fiscais da Receita do Distrito Federal ocupantes de cargo em comissão, na hipótese em que as atribuições do cargo em comissão não autorizem/requeiram expressamente atividades externas ou com estas não guarde correlação o cargo ocupado, não guarda conformidade com o disposto no item VII.a.3 da Decisão nº 5590/15 e no art. 156 da LC nº 840/11; b) a situação "suso" apontada poderá caracterizar descumprimento de atribuições funcionais, tipificado como infração grave, nos termos do art. 193, inciso III "in fine", da LC nº 840/11; c) a lavratura de auto de infração, expedição de notificações, apreensão de mercadorias entre outros procedimentos de fiscalização definidos na legislação, a teor do citado art. 5º da Lei Distrital nº 4.717, de 27 de dezembro de 2011, não se**





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

**insere nas atribuições dos Auditores Fiscais da Receita enquanto detentores de cargo comissionado, salvo se as atribuições próprias do cargo em comissão ocupado expressamente autorizarem tais atividades e com elas guardarem correlação; (...).**

Decisão 2695/19

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – dar parcial provimento ao Pedido de Reexame interposto pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP/DF, exclusivamente quanto ao item IV, alínea “a”, da Decisão nº 4889/2018, para o fim de **“alertar o titular da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal que: a) a percepção de Indenização de Transporte por Auditores Fiscais da Receita do Distrito Federal ocupantes de cargo em comissão, na hipótese em que as atribuições do cargo em comissão não autorizem/requeiram expressamente atividades externas ou com estas não guarde correlação o cargo ocupado, não guarda conformidade com o disposto no item 2 da Decisão nº 3957/2018 e no art. 156 da LC nº 840/11”**; II – dar conhecimento desta decisão à recorrente; III – restituir os autos ao Núcleo de Recursos – NUREC para os devidos registros e posterior encaminhamento à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para as providências pertinentes.

Decisão 668/2020

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 19/2019-SEEC/GAB (e-doc 7B71E9FB-e) e anexo (e-doc C93C6FE1-e); II – considerar atendida a Decisão nº 4.889/18 ; **III – determinar à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que adote as seguintes providências, que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) aprimorar o relatório de controle de atividades externas relativo ao pagamento da indenização de transporte, observando as deliberações do Tribunal sobre o tema, de modo que nele fique expresso: 1) o local em que se deu a atividade, visando comprovar que se tratou de serviço externo; 2) a indicação dos dias em que ocorreram as atividades; 3) a comprovação de que a atuação externa está afeta às atribuições do cargo em comissão, quando se tratar de ocupante de cargo/função comissionada; b) apurar a regularidade do pagamento da indenização de transporte concedida à servidora de Matrícula nº 00463361, no mês de agosto/2018, tendo em conta o afastamento para participação de curso entre 13 e 17.8.2018; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para as anotações pertinentes e posterior arquivamento.**

Decisão 4038/20

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício nº 2925/2020 – SEEC/GAB (e-doc D9BF9A0A-c); II – considerar parcialmente cumprida a alínea “a” e atendida a alínea “b” do inciso III da Decisão nº 668/20; **III – determinar à Secretaria de Estado de**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

**Economia do Distrito Federal que dê seguimento às providências necessárias ao aprimoramento da forma de comprovação da realização de atividades externas, para fins de pagamento da indenização de transporte, atentando que a verificação da regularidade delas será feita em futura auditoria no órgão; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins e posterior arquivamento.**

*(Grifos nossos).*

27. Em consequência do exposto, o item “24 - Indenização de Transporte paga para servidores da SEF/DF que possuem cargo em comissão” deve ser considerado como ressalvas às contas.
28. Com relação ao item “3.2 - Ausência/dificuldade no controle dos serviços prestados” do Relatório de Auditoria Especial nº 05 DIATI/COLES/SUBCI/CGDF (Peça 32, e-doc BC07ED89- e) as justificativas merecem ser parcialmente aceitas.
29. Conforme a explicação dos procedimentos administrativos pelo gestor, verifica-se que, em que pese a contratação ser denominada por “Unidade de Serviço Técnico – UST”, na prática, os termos contratados funcionaram por meio de Acordos de Níveis de Serviço, previamente estipulados no contrato, prevendo uma remuneração fixa por determinados trabalhos e glosas para o não alcance das metas de desempenho estipuladas.
30. A recomendação genérica de controle por resultados, a exemplo do modelo de Unidade de Serviço Técnico – UST, também admite o estabelecimento de Acordos de Níveis de Serviço e o pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço para “os casos em que as características do objeto não permitirem outra metodologia de mensuração, hipótese em que a excepcionalidade deve estar previa e adequadamente justificada nos respectivos processos administrativo” (Súmula 269 do Tribunal de Contas da União).
31. Conforme o justificado, a opção pelo modelo de remuneração se deu por intermédio da área técnica, por julgar mais econômica a remuneração fixa, delimitada por acordos de níveis de serviço, em razão da natureza pulverizada dos serviços e do custo de documentação e controle para cada tarefa.
32. Em que pese a inconsistência técnica formal em relação ao modelo Unidade de Serviço Técnico – UST, no contrato, houve algum mecanismo de controle contratual e acompanhamento dos resultados das atividades contratadas, por meio dos Acordos de Níveis de Serviço. Assim, não se confirmou a existência de desídia administrativa ou outra falha de parte do ordenador de despesas sobre a supervisão e fiscalização das atividades das áreas subordinadas, porquanto foi estabelecido mecanismo de controle contratual e mensuração por níveis de serviço.
33. Por outro lado, ao contrário do entendimento do gestor sobre a ausência de indicação da responsabilidade subjetiva para a ocorrência da falha inquinada pelo Controle Interno, vale lembrar que o Ministério Público, nos parágrafos 35 a 38 do Parecer n. 800/2019, apresentou os elementos essenciais de conduta para a responsabilização: as irregularidades



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

anotadas pelo CI, a possível ação ou omissão de parte do responsável, nexos de causalidade entre a atuação e o resultado danoso, assim como os elementos considerados como negligência de parte do justificante.

34. Considerando que as informações trazidas descaracterizaram a gravidade da falha, as justificativas do item “3.2 - Ausência/dificuldade no controle dos serviços prestados” do Relatório de Auditoria Especial nº 05 DIATI/COLES/SUBCI/CGDF (Peça 32, e-doc BC07ED89-e) merecem ser parcialmente aceitas, devendo o ponto ensejar ressalva às contas.

35. Com relação à falha do item “2.5 Ausência de notificação e posterior aplicação de multa por descumprimento de cláusulas contratuais” do Relatório de Inspeção nº 02/2017 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (Peça 31, e-doc 0B1A2C8D-e), conforme a justificativa apresentada, os fatos específicos da auditoria se referem ao ano subsequente das contas em exame, além de terem sido corrigidos prontamente, a partir da notificação do gestor.

36. Nesse sentido, por não tratar de fatos relativos ao ano das contas, o Ministério Público entende que a falha do item 2.5 não deverá influenciar o exame das contas, sendo procedentes as afirmações do justificante.

37. Em face do exposto, as razões de justificativa devem ser consideradas parcialmente procedentes, devendo as contas serem julgadas regulares com ressalvas pelos itens “24 - Indenização de Transporte paga para servidores da SEF/DF que possuem cargo em comissão” (Relatório de Auditoria nº 05/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF; Peças 33 a 37; e-doc 6521AE84-e, D23C6F80-e, D76C289E-e, 6071E99A-e e B957AA97-e) e item “3.2 - Ausência/dificuldade no controle dos serviços prestados” do Relatório de Auditoria Especial nº 05 DIATI/COLES/SUBCI/CGDF (Peça 32, e-doc BC07ED89-e).

38. Devem ser acrescidos os demais pontos de ressalvas, em conformidade com a análise técnica: subitens “1.2 – Ausência de certidões de regularidades válidas quando da assinatura dos termos aditivos”, “2.1 – Pesquisa de preços desconforme com a legislação vigente”, “2.2 – Descumprimento do Decreto nº 36.519, de 28 de maio de 2015”, “2.3 – Presença de cláusulas conflitantes no segundo termo aditivo”, “2.4 – Intempestividade na apresentação da garantia contratual”, “2.7 – Relatórios de execução de contratos incompletos” e “2.8 – Falhas na execução dos contratos” do Relatório de Inspeção nº 02/2017 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (e-DOC 0B1A2C8D-e), pelas impropriedades nas contas de ativo, passivo e controle da Unidade vistas no Relatório Contábil Anual – Exercício 2016 (e-DOC BBC7C812-e), e pelos bens imóveis e obras de engenharia não incorporados indicados no Relatório – Bens Imóveis nº: 005/2017 (e-DOC 0CDA0916-e);

**Das razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Pedro Meneguetti (Secretário de Estado de Fazenda, de 01/01 a 31/01/2016) - (e-DOC 4DC5609D-c, Peça nº 75)**

39. O responsável apresentou justificativas com reprodução de mesmo teor da argumentação trazida pelo Sr. Anderson Borges Roepke (e-DOC 7BB2B541-c, Peça nº 70), com o



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

acréscimo de que participou da gestão da SEF, no ano de 2016, por apenas 5 dias úteis, (e-DOC 4DC5609D-c, Peça nº 75):

(...)Por fim, reforça-se que ESTE JUSTIFICANTE GOZAVA DE FÉRIAS REGULAMENTARES NO PERÍODO DE 31/12/2015 A 22/01/2016, TENDO EXERCIDO O CARGO DE SECRETÁRIO DE FAZENDA POR APENAS 05 DIAS ÚTEIS EM 2016, NO PERÍODO DE 25/01/2016 A 29/01/2016, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA (DOC. 03).

**Análise**

40. O justificante informou ter participado da gestão, no exercício financeiro das contas de 2016, por apenas cinco dias, o que deveria excluir a sua responsabilização em sede de audiência.

41. A jurisprudência de Tribunal de Contas é uníssona no sentido de que o exercício por curto período, sem que nenhum ato de gestão irregular possa ser imputado individualmente ao responsável, é motivo suficiente ao julgamento das contas regulares.

42. Nesse sentido o Ministério Público entende que o Tribunal de Contas possa acolher a questão prejudicial apresentada pelo justificante, devendo, em consequência, julgar as suas contas regulares.

**Das razões de justificativas apresentadas pelo Sr. João Antônio Fleury Teixeira (Secretário de Estado de Fazenda, de 01/02 a 31/12/2016) - (e-DOC 8CD22294-c, Peça nº 76)**

43. As justificativas apresentadas pelo responsável são de mesmo teor daquelas apresentadas pelo justificante Sr. Anderson Borges Roepke, Subsecretário de Administração Geral (e-DOC 7BB2B541-c, Peça nº 70), com a ressalva de que se referem ao exercício do cargo de Secretário de Estado de Fazenda e de ter se defendido apenas quanto aos itens “10 - Pagamento indevido de Gratificação de Atendimento Público – GAP” e “24 - Indenização de Transporte paga para servidores da SEF/DF que possuem cargo em comissão” do Relatório de Auditoria nº 05/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF (Peças 33 a 37; e-docs 6521AE84-e, D23C6F80-e, D76C289E-e, 6071E99A-e e B957AA97-e).

44. Destaca, de início, entender sobre a ausência de responsabilidade subjetiva a ele imputada, tendo em contas as competências do Secretário de Estado de Fazenda definidas pelo art, 1º do Decreto Distrital nº 35.565/2014. Faz menção aos elementos de responsabilização, citando doutrina especializada e jurisprudência.

45. Com relação ao item “10 - Pagamento indevido de Gratificação de Atendimento Público – GAP”, mencionou o encaminhamento dado por meio da Decisão n. 3042/2020, quando julgou as contas anuais do exercício de 2015 regulares com ressalvas em relação ao justificante, mas determinou que fosse instaurada TCE para o trato da questão, responsabilizando outros gestores.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

46. Sobre o item “24 - Indenização de Transporte paga para servidores da SEF/DF que possuem cargo em comissão” do Relatório de Auditoria nº 05/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF (Peças 33 a 37; e-docs 6521AE84-e, D23C6F80-e, D76C289E-e, 6071E99A-e e B957AA97-e), informou que fatos análogos foram tratados pela Decisão de Mérito 4038/2020, Processo n.º 3313/2018:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 19/2019-SEEC/GAB (e-doc 7B71E9FB-e) e anexo (e-doc C93C6FE1-e); **II – considerar atendida a Decisão nº 4.889/18**; III – determinar à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que adote as seguintes providências, que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) aprimorar o relatório de controle de atividades externas relativo ao pagamento da indenização de transporte, **observando as deliberações do Tribunal sobre o tema, de modo que nele fique expresso: 1) o local em que se deu a atividade, visando comprovar que se tratou de serviço externo; 2) a indicação dos dias em que ocorreram as atividades; 3) a comprovação de que a atuação externa está afeta às atribuições do cargo em comissão, quando se tratar de ocupante de cargo/função comissionada;** b) apurar a regularidade do pagamento da indenização de transporte concedida à servidora de Matrícula nº 00463361, no mês de agosto/2018, tendo em conta o afastamento para participação de curso entre 13 e 17.8.2018; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para as anotações pertinentes e posterior arquivamento. (Grifo nosso).

47. Fez menção, ainda, à Decisão n.º 2382/2018, mediante a qual o TCDF entendeu possível o pagamento de indenização de transporte aos AFC ocupantes de cargos em comissão.

48. Defende, ainda, que à época dos atos de gestão inquinados, não havia decisão desfavorável do TCDF e o assunto encontrava autorização pela Portaria-SEF n.º 111/2012.

49. Ressaltou a importância dos trabalhos ‘in loco’ realizados pelos AFC, fazendo menção a caso concreto vivenciado pelo Sr. Anderson Borges Roepke, Subsecretário de Administração Geral. Ressaltou os benefícios da atuação fazendária em contrapartida aos custos. Acrescentou que entende inadequada a comparação realizada pelo órgão de Controle Interno entre a indenização de transporte no âmbito da SEFAZ e a regulamentação a mesma vantagem no CI, pelo Decreto n.º 35.421/2014.

50. Destacou a existência de boa-fé em sua conduta e que *“pela complexidade das atribuições do Secretário de Fazenda, nota-se que seria impossível a este justificante detectar qualquer irregularidade na regulamentação da indenização de transportes aos AFRDFs, e não seria razoável exigir conduta diversa, tendo como norte o comportamento de um homem médio, fixado como padrão”*.

51. Finda as suas considerações com a seguinte síntese:

**i. inexistente nexo de causalidade entre a alegada ilegalidade e a conduta** deste defendente que apenas cumpriu seu dever funcional, realizando **atos de gestão de boa-fé** dando prosseguimento aos tramites administrativos que já eram realizados na SEF desde 2012, presumindo-se que não eram ilícitos;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

- ii. agiu estritamente dentro da legalidade, respeitando os princípios e as normas administrativas** ao atender ao arcabouço normativo da época;
- iii. inexistia, em 2016, qualquer declaração de ilegalidade dos normativos; e**
- iv. inexistia, em 2016, qualquer comunicado ou decisão do TCDF no sentido de suspender os pagamentos da indenização de transportes.**

52. Pede ao Tribunal que encaminhe os autos para a reinstrução da Matriz de Responsabilização, considere as falhas como formais, que exclua as responsabilidades do gestor e considere a Decisão n. 4038/2020 como referência ao aprimoramento da comprovação sobre as atividades externas que impliquem o pagamento da indenização de transporte.

**Análise**

53. Com relação ao item “10 - Pagamento indevido de Gratificação de Atendimento Público – GAP”, em conformidade com o que foi analisado em face das razões de justificativa do SUAG, ficou evidenciado que não houve atuação irregular dos gestores da SEF, conforme foi comprovado no Processo n. 16.890/18 (Informação n. 19/2020 – SECONT/1ª DICONTE). Por consequência, a falha não deverá influenciar o mérito das contas de 2016.

54. Sobre a falha do item “24 - Indenização de Transporte paga para servidores da SEF/DF que possuem cargo em comissão” do Relatório de Auditoria nº 05/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF, cabe de início, avaliar a falha em face das competências do Secretário de Estado, segundo o Decreto n. 35.565/2014:

Art. 1º À Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF, órgão da Administração Direta do Distrito Federal, diretamente subordinada ao Governador, compete:

I - promover a gestão tributária, fiscal, contábil, patrimonial e financeira distrital;

II - supervisionar, coordenar e executar a política tributária do Distrito Federal, compreendendo as atividades de arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização;

55. Como se vê, ao Secretário de Estado compete supervisionar as atividades de arrecadação, sendo essa atividade compreendida nas finalidades primeiras da Pasta.

56. Em que pese o Secretário de Estado tenha alegado que os pagamentos de vantagens de indenização de transporte estejam relacionadas à competência dos Subsecretários a ele vinculados, cabe ao dirigente do órgão o acompanhamento e despacho com os gestores subordinados, sendo plenamente exigível conduta diligente por parte dos dirigentes, quer seja pela importância dos trabalhos desempenhados pelos Auditores Fiscais, quer seja pelo montante dos valores globais envolvidos, de cerca de 11 milhões de reais.

57. Nessa mesma esteira, a responsabilização subjetiva do gestor foi adequadamente demonstrada pelo Ministério Público, por ocasião da proposta de diligência, apresentando a irregularidade apresentada pelo Controle Interno nos relatórios de auditoria, além dos elementos de resultado, causalidade e culpabilidade, nos parágrafos 33 e 34 do Parecer n. 800/2019.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

58. Por outro lado, na mesma linha do proposto pela análise das razões de justificativa apresentadas pelo SUAG, a falha pode ser anotada às contas em ressalva, uma vez que apresentou elementos genéricos, prejudicando exercício do contraditório e ampla defesa de parte dos justificantes, além de ter sido objeto de Auditoria pelo TCDF, Processo 3313/2018 - PGA 2018, quando o Tribunal determinou diversas providência para melhoria dos procedimentos para fins de pagamento da vantagem pecuniária.

59. Em consequência, o Tribunal de Contas deverá considerar o item “24 - Indenização de Transporte paga para servidores da SEF/DF que possuem cargo em comissão” do Relatório de Auditoria nº 05/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF em ressalva às contas, sem prejuízo de determinar apuração apartada sobre a extensão de possíveis ilícitos.

60. Devem ser acrescidos os demais pontos de ressalvas, em conformidade com a análise técnica: subitens “1.2 – Ausência de certidões de regularidades válidas quando da assinatura dos termos aditivos”, “2.1 – Pesquisa de preços desconforme com a legislação vigente”, “2.2 – Descumprimento do Decreto nº 36.519, de 28 de maio de 2015”, “2.3 – Presença de cláusulas conflitantes no segundo termo aditivo”, “2.4 – Intempestividade na apresentação da garantia contratual”, “2.7 – Relatórios de execução de contratos incompletos” e “2.8 – Falhas na execução dos contratos” do Relatório de Inspeção nº 02/2017 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF(e-DOC 0B1A2C8D-e), pelas impropriedades nas contas de ativo, passivo e controle da Unidade vistas no Relatório Contábil Anual – Exercício 2016 (e-DOC BBC7C812-e), e pelos bens imóveis e obras de engenharia não incorporados indicados no Relatório – Bens Imóveis nº: 005/2017 (e-DOC 0CDA0916-e).

**Conclusão**

61. Assim sendo, o Ministério Público opina para que o Tribunal de Contas:

I. tome conhecimento e considere parcialmente procedentes as razões de justificativa apresentadas diante da audiência ordenada no item II da Decisão nº 755/2020 (e-DOC BB890FF7-e) pelos Srs. Anderson Borges Roepke (e-DOC 7BB2B541-c), e João Antônio Fleury Teixeira (e-DOC 8CD22294-c), e procedentes as razões apresentadas pelo Sr. Pedro Meneguetti (e-DOC 4DC5609D-c);

II. julgue regulares, nos termos do art. 17, I, da Lei Complementar nº 1/1994, as contas dos Srs. Pedro Meneguetti (CPF: 418.354.846-20, Secretário de Estado de Fazenda), Rejane Parente Lucas (CPF: 352.057.171-49, Subsecretária de Administração Geral – Substituta), Leonardo Lúcio Lopes Cançado (CPF: 785.276.516-53, Subsecretário de Administração Geral – Substituto), Clidiomar Pereira Soares (CPF: 806.242.941-53, Subsecretário de Administração Geral – Substituto), Fabrício de Oliveira Barros (CPF: 800.057.991-04, Subsecretário do Tesouro), Bruno Caetano Pinto (CPF: 049.547.766-43, Subsecretário do Tesouro – Substituto), José Roberto Leitão e Silva Júnior (CPF: 443.261.651-20, Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos) e Klemer Bezerra da Costa (CPF: 417.078.261-53, Chefe do Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos – Substituto);



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

III. julgue regulares com ressalvas, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/1994, as contas:

a) do Sr. Anderson Borges Roepke (CPF: 804.254.291-72, Subsecretário de Administração Geral) e João Antônio Fleury Teixeira (CPF: 158.470.046-72, Secretário de Estado de Fazenda), pelo contido nos subitens itens “24 - Indenização de Transporte paga para servidores da SEF/DF que possuem cargo em comissão” (Relatório de Auditoria nº 05/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF; Peças 33 a 37; e-doc 6521AE84-e, D23C6F80-e, D76C289E-e, 6071E99A-e e B957AA97-e); item “3.2 - Ausência/dificuldade no controle dos serviços prestados” do Relatório de Auditoria Especial nº 05 DIATI/COLES/SUBCI/CGDF (Peça 32, e-doc BC07ED89- e); por conta das impropriedades na contabilização de convênios apontadas no Relatório Sintético de Acompanhamento de Convênios (e-DOC 0EFD7652-e), “1.2 – Ausência de certidões de regularidades válidas quando da assinatura dos termos aditivos”, “2.1 – Pesquisa de preços desconforme com a legislação vigente”, “2.2 – Descumprimento do Decreto nº 36.519, de 28 de maio de 2015”, “2.3 – Presença de cláusulas conflitantes no segundo termo aditivo”, “2.4 – Intempestividade na apresentação da garantia contratual”, “2.7 – Relatórios de execução de contratos incompletos” e “2.8 – Falhas na execução dos contratos” do Relatório de Inspeção nº 02/2017 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (e-DOC 0B1A2C8D-e), pelas impropriedades nas contas de ativo, passivo e controle da Unidade vistas no Relatório Contábil Anual – Exercício 2016 (e-DOC BBC7C812-e), e pelos bens imóveis e obras de engenharia não incorporados indicados no Relatório – Bens Imóveis nº: 005/2017 (e-DOC 0CDA0916-e);

IV. determine aos atuais administradores da Secretaria de Estado de Fazenda - SEF, nos termos do art. 19 da LC nº 1/1994, que adotem as medidas necessárias a evitar a repetição das falhas apontadas nesta TCA;

b) do Sr. João Antônio Fleury Teixeira (CPF: 158.470.046-72, Secretário de Estado de Fazenda), por conta das impropriedades no item “24 - Indenização de Transporte paga para servidores da SEF/DF que possuem cargo em comissão” (Relatório de Auditoria nº 05/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF; Peças 33 a 37; e-doc 6521AE84-e, D23C6F80-e, D76C289E-e, 6071E99A-e e B957AA97-e); pela contabilização de convênios apontadas no Relatório Sintético de Acompanhamento de Convênios (e-DOC 0EFD7652-e), pelo contido nos subitens “1.2 – Ausência de certidões de regularidades válidas quando da assinatura dos termos aditivos”, “2.1 – Pesquisa de preços desconforme com a legislação vigente”, “2.2 – Descumprimento do Decreto nº 36.519, de 28 de maio de 2015”, “2.3 – Presença de cláusulas conflitantes no segundo termo aditivo”, “2.4 – Intempestividade na apresentação da garantia contratual”, “2.7 – Relatórios de execução de contratos incompletos” e “2.8 – Falhas na execução dos contratos” do Relatório de Inspeção nº 02/2017 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (e-DOC 0B1A2C8D-e), pelas impropriedades nas contas de ativo, passivo e controle da Unidade vistas no Relatório Contábil Anual – Exercício 2016 (e-DOC BBC7C812-e), e pelos bens imóveis e obras de engenharia não incorporados indicados no Relatório – Bens Imóveis nº: 005/2017 (e-DOC 0CDA0916-e);

IV. determine aos atuais administradores da Secretaria de Estado de Fazenda - SEF, nos termos do art. 19 da LC nº 1/1994, que adotem as medidas necessárias a evitar a repetição das falhas apontadas nesta TCA;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

V. considere quites com o erário distrital, no tocante ao objeto desta TCA, os servidores relacionados nos itens II e III retro, em conformidade com o art. 24 da LC nº 1/94;

VI. autorize o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes e posterior arquivamento.

É o parecer.

Brasília, 29 de maio de 2020.

**Demóstenes Tres Albuquerque**  
**Procurador em Substituição**